



CDS-PP – Açores

Palavra Parlamentar

Folha Informativa do Grupo Parlamentar do Partido Popular
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES

N.º 22

Dezembro de 2006

FORAM APROVADAS DUAS RESOLUÇÕES PROPOSTAS PELO CDS/PP

Os dois projectos de Resolução foram apresentados pelo Líder Parlamentar do CDS/PP, Artur Lima, no passado dia 22 de Novembro, quando se discutiam as propostas de Plano e Orçamento para 2007, com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

Logo no dia seguinte foi aprovada a urgência e foram os projectos discutidos, tendo sido ambos aprovados pela Assembleia. *(Diário ALRAA n.º 59)*

AUMENTO DE 12% DAS COMPARTICIPAÇÕES DIÁRIAS NAS DESLOCAÇÕES DE DOENTES E SEUS ACOMPANHANTES

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que:

1 - Proceda a uma actualização das comparticipações diárias com alojamento e alimentação devida aos utentes e seus familiares que, por motivo de doença, necessitem de se deslocar para fora da sua ilha de residência, através de uma majoração, que não seja inferior a 12%, dos factores constantes actualmente da Portaria n.º 52/2004, de 1 de Julho.

2 - Aumento idêntico e também não inferior a 12%, deverá aplicar-se igualmente à majoração de 5 euros prevista no n.º 11 da Portaria referida no número anterior, relativamente aos doentes carenciados, com rendimento líquido per capita inferior a 40% do salário mínimo nacional.

AUMENTO DE 3,5% NO COMPLEMENTO REGIONAL DE PENSÃO

O Governo Regional, quando ouviu o Conselho Regional de Concertação Social, só garantiu um aumento de 2,5% nos montantes do complemento regional de pensão.

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores, que quando em execução do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de Abril, proceder à actualização dos montantes do complemento regional de pensão para 2007, concretize um aumento de 3,5%.

O Governo Regional irá assim publicar os instrumentos legais para dar execução aos aumentos referidos nas duas Resoluções aprovadas pela Assembleia Legislativa Regional, por proposta do CDS/PP.

São os votos

*Alegre Natal
e
Feliz Ano Novo*

*do Líder Parlamentar do CDS/PP
no Parlamento Açoriano*

NÃO ACEITAMOS QUE OS DOENTES ANDEM AOS TRAMBOLHÕES

O Líder Parlamentar ao começar a sua intervenção, na discussão do Plano e Orçamento para 2006, afirmou “o Governo Regional dos Açores, nos últimos meses, tem anunciado grandes projectos para a área da saúde. Primeiro anunciou uma auditoria aos três hospitais da Região, depois o mega projecto de informatização do Serviço Regional de Saúde e ainda uma profunda alteração ao estatuto do Serviço Regional de Saúde” e mais adiante “à época dizia Carlos César ‘O governo não teme afrontar os privilégios de duas ou três pessoas que alcançaram privilégios em determinados serviços na saúde’ e acrescentava ‘Há sempre problemas em as administrações alcançarem os objectivos a que se propõe cada serviço. Porque, nesses locais, há sempre quem pense que ali está para mandar, ou para empatar, e nem sempre há ali quem esteja para servir’. BOCA SANTA! Domingos Cunha, mais comedido, mais tímido nas palavras e menos ambicioso, acrescentava, ‘... fica espelhada na auditoria a preocupação do Governo Regional, em melhorar as condições de prestação de cuidados de saúde aos açorianos...’.

Artur Lima continuou: “anunciava-se uma total revolução, um novo paradigma, uma análise completa e exaustiva, sem temores, desde a revisão e avaliação dos sistemas de informação e controlo interno, avaliação de recursos, tempos e indicadores de desempenho, abrangendo as diversas áreas, médica, enfermagem e de outros técnicos e ainda a não clínica. Ainda se prometia devida atenção à definição e cálculo de rácios de produtividade, a avaliação da acessibilidade dos utentes e ainda dos processos de atribuição e avaliação dos regimes de prevenção, horas extraordinárias e horários acrescidos. BRAVO! Esperava-se o MELHOR, mas aconteceu o PIOR.”

Depois de abordar temas, como o sistema de informação em saúde, a telemedicina, os serviços de imagiologia e as suas carências, o Líder Parlamentar “numa perspectiva construtiva que entendemos que sempre se deve procurar” deixou sugestões com realce para: “Acabe-se com o arcaico, demorado e penoso sistema de referência para as consultas de especialidade para os hospitais, a partir dos centros de saúde; Acabe-se com as tricas entre centros de saúde, relativamente aos exames complementares de diagnóstico; o padrão é o mesmo e quem sofre é o doente” e a terminar “Queremos afirmar e com toda a sinceridade, que não nos opomos a que se gaste milhões na saúde, desde que sejam bem aplicados; o que não queremos e jamais aceitaremos, é que os doentes andem aos trambolhões”. *(Diário ALRAA n.º 56)*

A ILHA TERCEIRA NÃO É O JARDIM DE ROSAS DO PS NEM O POMAR DE LARANJAS AZEDAS DO PSD

Artur Lima, numa intervenção especialmente dedicada à Ilha Terceira – círculo pelo qual foi eleito – disse logo a abrir “Ainda não era o PS Governo e o CDS já manifestava nesta casa a sua preocupação em relação à via rápida Angra Praia. Em 1992 já dizia o CDS/PP ‘é vergonhosa a lentidão imposta à construção da via rápida Angra/Praia, que se arrasta há catorze anos, para humilhação do povo terceirense e vergonha do Governo!’. O PSD ficou no Governo ainda mais 4 anos!” Continuou a fazê-lo quando o PS entrou para o Governo, por várias vezes e “em 2004 o CDS/PP apresentou mesmo, nesta Assembleia, uma proposta de resolução (aprovada por unanimidade), que apontava para a criação de condições que permitissem preparar uma remodelação completa da «via rápida», acrescentando depois “para o próximo ano de 2007 surge de novo uma dotação orçamental para este importante eixo viário. Depois de tantos e sucessivos adiamentos, agora que o concurso público se realizou, (...) pela nossa parte, que vemos agora efeito da Resolução aprovada por proposta do CDS/PP, ficamos naturalmente muito satisfeitos, porque finalmente um Governo desta Região resolverá o que tanto se prometeu”. É por isso que “não percebemos muito bem como é que o PSD continua a atirar para o mesmo alvo”. Mais adiante registou com agrado a remodelação da estrada Praia da Vitória/Lajes”, o parque de exposições da ilha Terceira e o novo Porto de pescas de São Mateus.

O Deputado Artur Lima, quanto às verbas para a promoção do destino Açores no mercado internacional de cruzeiros afirmou que o Governo “parece não ter pensado na Terceira” porque “nos últimos sete anos houve repetidos anúncios para a construção de uma gare marítima de passageiros para o porto da Praia da Vitória, embora até hoje nada tenha sido feito” e quanto às obras de reconstrução do Porto da Praia da Vitória “seria de esperar muito mais celeridade”, referindo também o atraso do Porto das Pipas com uma envolvente com “pavimentação por concluir, os espaços comerciais encerrados e até o buraco do Barata, logo ali a encimar”. O terminal de carga da aerogare civil das Lajes foi classificado como “infra-estrutura necessária à economia da Terceira”.

Rematou assim: “A ilha Terceira, a ilha lilás, não mudou ainda certamente de cor, não será o jardim de rosas que o partido socialista apregoa, mas também não será um pomar de laranjas azedas, como ontem aqui se procurou demonstrar. Entre o perfume da rosa e o amargo da laranja, está naturalmente a verdade, o sentir dos terceirenses, aquilo que desejam, aquilo que é realizável e aquilo que são as exigências responsáveis dos deputados”. *(Diário ALRAA n.º 57)*

OPOSIÇÃO NÃO É ESTAR CONTRA O PODER MAS RESPONSABILMENTE AO SERVIÇO DO POVO

Na intervenção de encerramento da discussão das propostas de Plano e Orçamento para 2007 o Líder Parlamentar começou por reconhecer que “o Governo que esteve perante nós é socialista, do qual se pode e é natural que não se goste, porque não é o da nossa cor partidária, mas que todavia é legítimo, porque resulta duma clara maioria atribuída ao Partido Socialista, nas últimas eleições” e afirmou que “É verdade que estes governantes, pelo menos alguns daqueles deputados e muitos dos responsáveis superiores da Administração Regional, entendem criar expectativas que reputamos demasiado altas”, mas “entendemos que à oposição, que não é contra poder, cabe o papel de exigir, a seu tempo, responsabilidades pelo prometido, em vez de se dar ares, por altura das promessas, de que não desejaria que se projectasse fazer tanto. Em vez de lhes dizer que não chegarão lá, talvez seja melhor encarnar, a seu tempo, o papel de fiscalização” e recordou que “o Governo está indubitavelmente obrigado” ao “cumprimento integral” do seu Programa e que “a oposição tem o dever de por si só assegurar, se necessário for, que ele se cumpra”.

Artur Lima venceu: “o Governo Regional tem, para a execução deste Plano e deste Orçamento, meios, principalmente financeiros, como nunca teve para a execução dos anteriores. E têm levado desta Assembleia todos os instrumentos legais – nomeadamente ao nível da reestruturação da máquina administrativa regional – que tem considerado essenciais para realizar aquilo que são os seus compromissos. E também dispõe de legislação para encontrar melhores formas de realização do desenvolvimento nas chamadas ilhas da coesão, aquelas que exigem uma resposta diferenciada e específica às carências maiores que as afligem relativamente às demais. É certo que o Governo reconhecerá que há investimentos que estão adiados há anos demais, alguns cuja necessidade já herdaram”. Finalmente “parece haver razões para acreditar que alguns avançarão no próximo ano”.

Referiu depois, a título de exemplo, “a construção do novo Hospital de Angra do Heroísmo, uma estrutura indispensável, não apenas para a Ilha Terceira, mas para toda a Região e que já se arrastava nos Planos desde 2001” e que “era aliás também uma promessa da Coligação Açores, cuja realização, agora à vista, satisfaz o CDS/PP” e “a remodelação indispensável da Via Rápida Angra/Praia” e “o porto de Ponta Delgada das Flores, sucessivamente prometido ao longo de dezenas de anos, que finalmente será mais uma porta capaz para o mar, que não só servirá as pescas, como criará novas e melhores condições para as ligações ao Corvo, aproximando mais as duas ilhas ocidentais”. Registou depois o apreço pela “realização de outras obras de vulto previstas para 2007”, citando, a título de exemplo, “a construção da nova central termoelectrica do Corvo, ou a construção da nova torre de controlo do aeródromo, bem como o reforço do pavimento da pista e a beneficiação da aerogare” e em S. Jorge “a elaboração do projecto e o início da empreitada de ampliação e alargamento da pista” e ainda “as SCUT que avançarão na ilha de S. Miguel”.

“O CDS/PP considera que há problemas importantes a que é indispensável dar resposta, que embora não estando estritamente no âmbito do Plano e do Orçamento, têm relação especialmente com esta última proposta, designadamente porque a respectiva solução leva a implicações de natureza financeira” justificou Artur Lima, para referir que “o primeiro deles respeita à desactualização das participações diárias com alojamento e alimentação, devidas aos utentes e seus familiares que, por motivo de doença, necessitem de se deslocar para fora da sua ilha de residência” e “outro assunto que preocupa o CDS/PP é o que tem a ver com o montante do complemento regional de pensão, que foi criado designadamente para atenuar a diferença do nível do custo de vida nos Açores em relação ao continente, designadamente os derivados dos custos da insularidade, diminuindo as desigualdades resultantes do baixo nível das pensões auferidas por uma faixa significativa de população”.

O Líder Parlamentar disse considerar que “este esforço financeiro, a favor dos mais desfavorecidos, é uma medida de justiça social indispensável” e antes da votação do Plano e Orçamento esclareceu que “o CDS/PP considera que a posição do Governo Regional, nas matérias antes referidas, é essencial para que se possa fazer um juízo concreto sobre a postura do executivo relativamente à distribuição dos recursos e à resposta social aos mais necessitados, a qual não deixaremos de ter em conta”, até porque “não entramos para este debate com a posição tomada sobre o nosso sentido de voto. E só a tomaremos, definitivamente, depois de terminado o debate. Para nós o Parlamento é aqui e por isso a discussão se justifica e tem de contribuir para a decisão final”. E a terminar disse Artur Lima “cada oposição, como cada governo, têm o seu estilo. Fomos como somos. Como entendemos que devemos ser ao serviço do Povo, certos de que é assim, com coragem e com frontalidade, mas com verdade e responsabilidade, que mereceremos a confiança de um número crescente de Açorianos”.

Tudo ponderado, o CDS/PP deu voto favorável no Plano e absteve-se no Orçamento. *(Diário ALRA n.º 58)*

MELHORAR OS TRANSPORTES E NUNCA CAPITULAR

O Líder Parlamentar Artur Lima debateu com o Secretário Regional da Economia os problemas de transportes, por altura da discussão do Plano e Orçamento.

Começou por defender “uma tarifa PEX idêntica para todas as ilhas dos Açores”, porque “esta tarifa só se aplica do Continente para os Açores”.

Referindo-se às acessibilidades, achou muito bem e fundamental a criação da *gateway* do Pico, mas “isto tem implicações na acessibilidade dos terceirenses ao exterior, porque à Terça-feira, não podem fazer reservas para o voo que faz Pico/Terceira/Lisboa, porque o voo está protegido para o Pico. Ou seja, só à Segunda-feira ao meio da tarde ou ao fim da tarde, é que um terceirense pode saber se pode embarcar na Terça ou não”, sugerindo que se corrija esta situação.

Lembrou depois que os voos da Terceira têm andado cheios, principalmente à 6.^a Feira e ao Domingo, sugerindo mais um voo ou o aumento da capacidade do equipamento nesses dias, afirmando que “há possibilidade de resolver os assuntos, há possibilidades de aumentar a acessibilidade, há possibilidades de aumentar a disponibilidade de lugares” e acrescentando “viajamos para a Terceira tipo ‘sardinha enlatada’ – é o que nos está a acontecer – ‘sardinha enlatada’ e ‘entalados’ pela TAP que não reconhece e não tem sensibilidade para estas coisas”.

Artur Lima defendeu a ligação Terceira/Porto que “já se justifica (...) basta fazer as continhas” e abordou as tarifas promocionais que “não existem dos Açores para o Continente. Eu gostaria de saber, porquê? Somos todos portugueses. Temos direito a tarifas promocionais”, mas “a SATA Internacional faz do Funchal para Lisboa. Por que é que não faz dos Açores para Lisboa?” e colocou outra questão nos seguintes termos “se as duas companhias estão em ‘code-share’, se partilham voos, se partilham lugares, por que é que na SATA, tendo um bilhete TAP, não se pode fazer *up-grade* pela executiva?”.

O Líder Parlamentar abordou depois os transportes marítimos de passageiros nos Açores e dirigiu-se ao Secretário Regional da Economia nos seguintes termos: “fica-lhe bem reconhecer – aliás já tinha reconhecido – que correu mal. Mas também concordo plenamente consigo que não podíamos ficar sem transportes marítimos. Tínhamos que arranjar alternativa. Arranjou-se. Não se podia era deixar os açorianos sem barco. Aí estamos plenamente de acordo. Agora, eu gostaria era que o Sr. Secretário, em relação ao ‘Baía de Málaga’, como também já fez aqui em anterior intervenção minha em relação aos novos barcos, dissesse se o barco vem ou não vem e para quando se prevê que ele venha? E agora com esta confusão toda com a Transmaçor – os senhores agora são mais donos da Transmaçor, compraram mais umas aççõezinhas – como é que isso se vai resolver?”.

A intervenção de Artur Lima levou a que o Secretário da Economia se compromete-se, nos seguintes termos: “Em relação ao Baía de Málaga, o que lhe posso dizer é o seguinte: Ele está neste momento em Vigo a ser reparado, desde o dia 23 de Outubro – foi o que eu lhe disse. Provavelmente no final deste ano é entregue à Transmaçor. A partir daí a Transmaçor tem todo o tempo para preparar as tripulações para no dia 1 de Julho apresentar o navio. O ‘Ilha Azul’ está a funcionar, como viram. Teve um acidente em Santa Maria, foi reparado, veio novamente a classificadora cá, verificou que estava tudo bem e para o ano tem todas as condições para poder funcionar”.

Ainda a propósito de transportes aéreos, Artur Lima, dirigindo-se ao Secretário da Economia, afirmou “Eu julgo que não está satisfeito. Nenhum de nós está. É sempre possível melhorar. As dificuldades são muitas, obviamente que são. Nós não podemos capitular. A TAP, como o senhor muito bem disse, tem feito muito pouco nessa matéria. Portanto, há que exigir mais da TAP”. *(Diário ALRAA n.º 57)*

Aprovados por unanimidade dois Votos de pesar propostos pelo CDS/PP

FALECIMENTO DO MÉDICO DR. MÁRIO LIMA

Referiu-se no texto do voto que “numa mão tinha a mais apurada técnica cirúrgica na lâmina fria do bisturi, a outra era uma mão cheia de calor humano e carinho” e citava-se também Honoré de Balzac “Os médicos, que têm exercido medicina, não vêem senão a doença; eu vejo, ainda, o doente”, considerando que bem poderia ser o corolário que sempre se aplicou à vida do distinto homem e médico Mário Lima.

FALECIMENTO DO EX-DEPUTADO DO CDS PROF. ROGÉRIO CONTENTE

Foi deputado pelo CDS, eleito pela Ilha de S. Jorge, durante a I Legislatura, de 1976 a 1980, referindo-se no voto que “sendo uma pessoa de princípios, valores e convicção, transportava-os para a sua actuação política”. Citou-se, de uma das muitas suas intervenções no Parlamento “Seria bom que cada deputado pudesse colocar neste momento os interesses de todos os Açorianos acima das necessidades ou das conveniências do seu partido”. Recordou-se que o prof. Rogério Contente foi um dos fundadores do Externato Cunha da Silveira.